

Educomunicação, gênero e sexualidade: um estudo de caso na escola de aplicação da USP¹

Davi Lopes Mota²
Universidade de São Paulo – USP

Resumo

O presente trabalho busca realizar uma análise teórica articulada a intervenções práticas e reflexivas sobre gênero, sexualidade no contexto da educomunicação no ambiente escolar, a partir de uma abordagem qualitativa e estudo de caso desenvolvido na Escola de Aplicação da USP (EAFEUSP). Baseando-se em abordagens como a teoria *queer*, a pesquisa discute o papel da educomunicação como paradigma construtivo e inovador, envolvendo educação, direitos humanos e inclusão, apontando como práticas educacionais favorecem o pensamento crítico, o diálogo e a inclusão, atuando como paradigma potente para combater preconceitos e promover espaços de escuta e emancipação, fortalecendo a diversidade e alteridade.

Palavras-chave: educomunicação; gênero; sexualidade; teoria queer; inclusão.

A comunicação e a educação são muitas vezes consideradas duas áreas distintas do conhecimento, sobretudo em ambientes escolares formais. No entanto, ambos lidam com interações humanas. Isso sugere que, ao combinar comunicação com educação, as fronteiras entre informação e conhecimento diminuirão. Nesse sentido, é importante lembrar que, para Freire (2006, p.13), “o ato de educar é um ato de comunicação”. O professor Ismar de Oliveira Soares, teórico basilar do termo educomunicação na América Latina, destaca que a Educomunicação tem a capacidade de integrar os fundamentos da Educação, da Comunicação e de outros campos das Ciências Sociais, superando as barreiras de campos de conhecimento isolados e pouco comunicativos (Soares, 2020).

A Educomunicação, assim concebida, absorve seus fundamentos dos tradicionais campos da Educação, da Comunicação e de outros campos das Ciências Sociais, superando, desta forma, as barreiras epistemológicas impostas pela visão iluminista e funcionalista de relações sociais que mantêm os tradicionais campos do saber isolados e incomunicáveis. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva de análise e de articulação em permanente construção, levando-se em conta o contínuo processo de mudanças sociais e de avanços tecnológicos por que passa o mundo contemporâneo. (Soares, 2011, p.64)

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – USP.
E-mail: davilmota94@usp.br

Por sua natureza interdisciplinar, a Educomunicação é um conceito em constante evolução, preparado para acompanhar e atravessar as transformações tecnológicas e sociais que permeiam o mundo contemporâneo. Essa flexibilidade torna-a uma alternativa promissora para a transformação do espaço escolar, tornando-o mais dinâmico, atrativo e conectado às vivências diárias dos estudantes. Provendo a educomunicação como:

[...] o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas. (Soares, 2014, p. 1)

Em complemento, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), vinculado à Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, estabelece a Educomunicação como:

[...] um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (Soares, 2011, p.15)

A educomunicação surge não apenas como um neologismo entre educação e comunicação, mas com o propósito de acumular esforços no sentido de desenvolver um arcabouço teórico, metodológico e investigativo que a defina de maneira específica e a situe em relação aos termos e conceitos já estabelecidos. Essa prática de comunicação educativa sempre desempenhou um papel significativo nos processos de ensino e aprendizagem, seja de forma direta ou indireta impulsionada por estudiosos como Paulo Freire e o próprio Mário Kaplún, que reconheciam a inter-relação entre educação e comunicação como um componente indispensável ao processo educativo (Lima e Amorim, 2017).

No entanto, a implementação da Educomunicação nas escolas enfrenta desafios significativos, como a sua inserção nos conteúdos curriculares e o repensar das práticas de ensino-aprendizagem, de forma a promover a comunicação entre todos os agentes que participam do processo educacional. Nesse sentido, torna-se essencial reconhecer e valorizar os potenciais fomentadores dessa abordagem, bem como os tempos e espaços que podem ser ressignificados para possibilitar novas formas de ensino. Para Maria Aparecida Baccega, que deixou um eterno legado de conhecimento para o campo

educ comunicativo, a educomunicação engloba, mas não se limita a aspectos como educação para os meios, análise crítica das mídias, integração da tecnologia em ambientes educacionais, capacitação docente para lidar com as mídias, entre outros. Para a autora, o principal objetivo é construir a cidadania a partir de uma compreensão e crítica do mundo mediado pelas mídias (Baccega, 2009). Bem como as atividades da escola e da família, que não mais se estabelecem de forma exclusiva como agentes de socialização do ser humano. Esse espaço vem sendo incluído de forma contínua também pelos meios de comunicação.

Há entre elas um embate permanente pela hegemonia na formação de valores dos sujeitos, buscando destacar-se na configuração dos sentidos sociais. Essa disputa constitui o campo comunicação\educação (educomunicação), que propõe, justifica e procura pistas para o diálogo entre as agências. (Baccega, 2009, p. 32)

A Educomunicação defende, assim, a integração de meios, linguagens e ferramentas comunicativas no ambiente escolar, não apenas para garantir o direito universal à comunicação, mas também para criar oportunidades de aprendizagem e melhorar a qualidade do ensino. De acordo com Soares (2014), às atividades práticas de intervenções educ comunicativas estão organizadas em sete modalidades ou áreas distintas, que são: 1) Educação para a Comunicação; 2) Pedagogia da Comunicação; 3) Gestão da Comunicação; 4) Mediação Tecnológica na Educação; 5) Produção Midiática Educacional; 6) Expressão Comunicativa através de Linguagens Artísticas; e 7) Epistemologia da Educomunicação.

É importante destacar que, no contexto da educomunicação, o conceito de intervenção não se refere a ações de interdição, invasão, imposição ou interrupção. Pelo contrário, sua abordagem é caracterizada pela realização de atividades, pela proposição de alternativas inovadoras, pela mediação e pela oferta de referências libertadoras. Muitas vezes, essas abordagens não são consideradas pelos membros de uma comunidade, seja por falta de visão ou por outros motivos (Soares, 2011). Nesse aspecto, a educomunicação ganha relevo, mesmo que de forma indireta, em atividades sociais, educacionais e comunicacionais, no intuito de se atingir determinado alvo ou objetivo, onde neste trabalho está voltado às questões de gênero e sexualidade. Visando assim uma "educomunicação possível", como traz Soares (2016), podendo ser traduzida como: “práticas educ comunicativas que acontecem na fresta, na brecha do sistema em crise, que resulta do atrito entre velhas práticas e estruturas organizacionais, e as novas realidades

cotidianas e seus desdobramentos” (Viana, 2017, p. 926). Uma "educomunicação possível" pode ser complementada como:

[...] uma situação intermediária, entre o ideal e o possível, o existente e o desejado. E sua utilidade está exatamente em não se perder de vista que a intervenção educ comunicativa é construída aos poucos, conforme a evolução da execução de suas propostas, ou seja, sua práxis cotidiana, e que resulta da atuação direta dos sujeitos participantes. (Viana, 2017: 928)

Trazendo as questões voltadas a gênero e sexualidade, a ideia de que as diferenças de gênero são construções sociais não é uma narrativa recente. Há muito tempo, o conceito de "diferença sexual" vem sendo estudado pelas diversas áreas das ciências humanas e sociais, onde, o conceito de gênero, diferencia o dimorfismo sexual da espécie humana da caracterização de masculino e feminino que as culturas associam à presença dos dois sexos. Para a historiadora feminista Joan Scott (1995), o gênero se dá como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, sendo um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, uma forma primária de dar significado às relações sociais de poder. Scott (1995), em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", dialoga com autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, e, junto a eles, critica a ideia iluminista de um sujeito universal único, o que não sustentam por si só os discursos de dominação masculina:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (Scott, 1995, p. 75).

A teoria queer desafia os binarismos tradicionais de sexo-natureza e gênero-cultura ao argumentar que o sexo é tão cultural quanto o gênero, questionando, assim, a própria distinção entre essas categorias, conforme discutida por Judith Butler (2000). Destacando-se por sua capacidade de problematizar continuamente as normas sociais que regulam a sexualidade e o gênero, entendendo-os como construções sociais e performativas, e não como dados biológicos fixos. Spargo (2006) oferece uma síntese esclarecedora sobre o que constitui a teoria queer:

O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras de representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análise das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos. (Spargo, 2006, p.8).

Seguindo essa linha de pensamento, os estudos queer podem ser comparados a outras evoluções intelectuais recentes que utilizam abordagens desconstrutivas, rejeitando a ideia de que o “eu” possa ser definido por uma essência fixa, determinada biologicamente, em aspectos como gênero, raça, classe social e desejo. A partir dessa perspectiva, a teoria queer alcançou avanços significativos ao questionar as premissas teóricas dos estudos gays e lésbicos, realinhar as discussões sobre sexualidade e gênero e impulsionar o desenvolvimento dos estudos transgêneros. Além disso, aprofundou o rompimento com noções fixas de identidade, ampliando a crítica de gênero e sexualidade para além das categorias lésbica e homossexual. Também fortaleceu a valorização de expressões de gênero e sexualidade não normativas, promovendo a resistência teórica e política à normalização. Sua contribuição estendeu-se às críticas contra diversas formas de violência e, ao incorporar a perspectiva decolonial, ressignificou a história das comunidades lésbica, gay, bissexual e transgênero. (Córdoba; Sáez; Vidarte, 2007; Halperin, 2003).

Butler (2000) argumenta que as identidades de gênero são mantidas por normas regulatórias que precisam ser reiteradas para se manterem, mas que nunca se realizam plenamente nos corpos, pois estes sempre escapam total conformidade. Guacira Lopes Louro complementa afirmando que a linguagem, ao nomear, não apenas descreve, mas constrói os sujeitos (Louro, 2001). A partir disso, a teoria queer propõe uma abordagem crítica às estruturas heteronormativas, possibilitando a inclusão de subjetividades marginalizadas e a desconstrução de modelos binários e opressivos. Essa perspectiva promove uma reflexão contínua sobre os mecanismos de exclusão e se apresenta como ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sob essa perspectiva, o gênero e a sexualidade são compreendidos como o meio discursivo e cultural que estabelece a ideia de um "sexo natural" como algo anterior ao discurso. Em outras palavras, o sexo não é uma essência pré-discursiva, mas sim uma construção cultural e discursiva, sendo, ele próprio, uma postulação criada no interior da linguagem e da cultura, conforme destaca Louro (2004). A autora argumenta que a teoria

queer provoca e desestabiliza as formas convencionais de pensar e conhecer a diversidade em gênero e sexualidade. Diferentemente de uma pedagogia do oprimido, ela vai além dos limites impostos pelo dualismo presente em teorias que criticam a lógica da dominação. Em vez de oferecer respostas conciliadoras, propõe um trabalho contínuo de busca incessante.

Vistos sob essa perspectiva, uma pedagogia queer fala a todos e não se dirige apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar. Certamente, essas estratégias também acabam por contribuir com a produção de determinado “tipo” de sujeito. Mas, nesse caso, longe de pretender atingir, finalmente, um modelo ideal, esse sujeito –e essa pedagogia –assumem seu caráter intencionalmente inconcluso e incompleto. (Louro, 2004, p. 52).

A educomunicação, desde sua origem nas pautas populares e sociais, consolida-se como ferramenta potente na luta contra desigualdades e na promoção da inclusão, sobretudo ao integrar questões de gênero e sexualidade em sua práxis dialógica e crítica. Ao analisar as dificuldades enfrentadas pela docência na abordagem desses temas no ambiente escolar, propõe-se a educomunicação como um paradigma metodológico e teórico capaz de fomentar ações inclusivas e transformadoras, atingindo estruturas pedagógicas, midiáticas e comunicacionais. Para o professor da Licenciatura em Educomunicação da Universidade de São Paulo, Marciel Consani, a educomunicação tem como missão central possibilitar o exercício pleno da cidadania por meio da consciência de direitos e da participação ativa na política, especialmente em territórios onde educação e comunicação se entrelaçam (Consani, 2024).

Nesse contexto, compreende-se que discursos sociais opressores sobre gênero, sexualidade e identidades queer são historicamente construídos e reproduzidos, inclusive no ambiente escolar, por meio das influências familiares e sociais internalizadas pelos alunos. A teoria queer, aliada aos conceitos freireanos, permite desnaturalizar essas construções, desafiando os modelos normativos e promovendo uma reflexão crítica sobre a exclusão. A escola, portanto, torna-se um campo de disputa simbólica e cultural, onde o ensino de gênero e sexualidade enfrenta resistências, mas também se apresenta como espaço de potencial emancipação e transformação.

Segundo Freire (1987), a educação libertadora deve emergir dos próprios sujeitos oprimidos, baseada na problematização e na conscientização crítica. Ao rejeitar o modelo de educação "bancária", Freire propõe uma pedagogia dialógica em que educadores e educandos aprendem juntos, numa relação de reciprocidade. Essa visão sustenta a necessidade de uma prática educativa comprometida com a justiça social, capaz de enfrentar preconceitos e violências simbólicas de forma transparente e reflexiva, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva e plural.

O estudo de caso realizado na Escola de Aplicação da USP (EAFEUSP) foi crucial para solidificar a relevância da Educomunicação em tornar os espaços educacionais mais inclusivos e críticos. A escolha do local se deu tanto por sua relevância no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à diversidade e inclusão. A pesquisa envolveu observações diretas no ambiente escolar, participação em atividades do programa, bem como entrevistas semiestruturadas com docentes, buscando compreender de que maneira a educomunicação pode potencializar o debate sobre identidade, diversidade e inclusão em espaços formais de ensino. Neste trabalho, foi possível analisar na prática as contribuições e obstáculos do “Programa de Gênero e Sexualidade” da escola, na construção de um espaço escolar crítico, diverso e livre de preconceitos enraizados. Através das conversas com docentes e estudantes, percebe-se como a práxis de uma “educomunicação possível” consegue potencializar o diálogo sobre identidades, direitos e alteridade, proporcionando um espaço seguro para a expressão de subjetividades marginalizadas.

O programa em destaque, consolidado dentro do currículo da instituição, proporciona um espaço de debate e aprendizado sobre identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos, alinhando-se aos princípios da educomunicação como meio de transformação social. Buscando proporcionar aos alunos uma compreensão ampla do desenvolvimento humano ligado à sexualidade, promovendo atitudes responsáveis e respeitadas. O programa aborda temas como papéis sociais de gênero, diversidade sexual, métodos anticoncepcionais, DSTs, além das transformações da puberdade e adolescência sob enfoques psicológico, sociológico e biológico.

Em entrevista junto a docente da escola, evidencia como a educomunicação pode atuar nas brechas do sistema escolar, mesmo diante de limitações institucionais e teóricas. Utilizando o teatro, tecnologias e estratégias comunicativas, sua prática pedagógica dentro do Programa de Gênero e Sexualidade da EAFEUSP demonstra o potencial transformador

de metodologias participativas. Ao promover o diálogo, a inclusão e a reflexão crítica sobre gênero e sexualidade, sua atuação revela uma "educomunicação possível" que contribui para a formação de sujeitos críticos e para a construção de um ambiente escolar mais justo e equitativo.

Dentro das atividades do Programa de Gênero e Sexualidade, ocorreu a Jornada de Gênero e Sexualidade da Escola de Aplicação da USP (EAFEUSP), com sua VII edição realizada em 2024, que se consolidou como um espaço pedagógico voltado ao debate crítico e à promoção da diversidade no ambiente escolar. Voltada a estudantes, professores e à comunidade, a Jornada contou com oficinas, debates e reflexões conduzidas por especialistas e educadores, com foco em temas como diversidade sexual, papéis de gênero e direitos humanos. Uma das oficinas, ministrada por Davi Lopes Mota, autor deste trabalho, abordou a cultura pop coreana (K-pop, doramas e o movimento 4B) como ponto de partida para reflexões sobre machismo, misoginia e repressão sexual, promovendo uma leitura crítica da mídia. A atividade utilizou recursos da educomunicação — como rodas de conversa, análise de videocliques e produções culturais — para estimular o pensamento crítico e o diálogo, conforme os princípios freirianos. Fundamentada em áreas de intervenção da educomunicação sendo utilizadas: 1) Educação para a Comunicação; 2) Pedagogia da Comunicação; 3) Gestão da Comunicação; 6) Expressão Comunicativa através de Linguagens Artísticas e 7) Epistemologia da Educomunicação. A oficina revelou-se eficaz ao envolver os alunos ativamente, levando-os à problematização das mídias que consomem e à socialização de seus aprendizados com colegas, configurando uma prática de “educomunicação possível” dentro da escola. Assim, a Educomunicação permitiu não apenas que os sujeitos reflitam sobre suas realidades, mas também que intervenham nelas de maneira criativa e significativa. Esse processo de emancipação ganha ainda mais força ao ser combinado com a perspectiva da teoria queer, desafiando normas que sustentam desigualdades de gênero e sexualidade.

Conclusão

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo investigar como a Educomunicação pode ser uma aliada nas práticas pedagógicas voltadas às questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. A partir de uma base teórica que articulada, buscou-se evidenciar como o diálogo e a leitura crítica da mídia promovem espaços inclusivos, emancipatórios e democráticos. A abordagem metodológica incluiu estudo de

caso na Escola de Aplicação da USP, entrevistas e intervenções educacionais, revelando o potencial da educação em romper com silêncios institucionais e possibilitar debates significativos sobre diversidade.

A experiência prática demonstrou que atividades como a Jornada de Gênero e Sexualidade, ancoradas em princípios educacionais, são eficazes para desenvolver o pensamento crítico dos alunos sobre temas contemporâneos. Oficinas com análises de produtos midiáticos, rodas de conversa e linguagens artísticas revelaram-se potentes instrumentos de conscientização. A recepção positiva dos estudantes e educadores indica a necessidade de consolidar essas ações como parte permanente do currículo escolar, ampliando a formação cidadã e o combate a preconceitos. A pesquisa reforça que discutir gênero e sexualidade não significa rejeitar a heterossexualidade, mas sim combater valores normativos e excludentes que perpetuam desigualdades.

A Educação surge como estratégia indispensável para uma educação libertadora e plural. A construção do conhecimento deve contemplar a diversidade e promover espaços de escuta e protagonismo, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados. Assim, este trabalho aponta para a urgência de integrar a Educação em projetos educativos que visem não apenas a transmissão de conteúdo, mas a formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados socialmente. Essa proposta não se encerra aqui, mas convida a novas investigações e práticas transformadoras que fortaleçam a educação como um instrumento de justiça e equidade.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Comunicação & Educação*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 19–28, 2009. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v14i3p19-28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p. 110-127.

CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer / Marciel Consani**. São Paulo: Contexto, 2024.

CÓRDOBA, David, SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. **Teoria queer. políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. 2. ed. Madrid: Editorial Egales, 2007.

ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP. Página institucional. Disponível em: <https://www3.ea.fe.usp.br/escola/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP. Programa de Gênero e Sexualidade. Disponível em: <https://www3.ea.fe.usp.br/genero-sexualidade/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006/2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968/1987.

HALPERIN, David. “**The normalization of queer theory**”. Journal of Homosexuality, New York, EUA, v. 45, n. 2/3/4, p. 339-343, Feb. 2003. Disponível em https://doi.org/10.1300/J082v45n02_17. Acesso em 19/08/2024.

LIMA, A. R.; AMORIM, E. S. M. S. **Educação e Comunicação: A Potência da Educomunicação no Departamento de Ciências Humanas – Campus III – da Universidade da Bahia.** Fortaleza: 2017

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - uma política pós identitária para a educação.** Estudos Feministas. Ano 9(2), 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico.** Comunicação & Educação, n. 1, p. 13-25, 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educação Midiática e políticas públicas: vertentes históricas da emergência da Educomunicação na América Latina**". In Anais do V Encontro Brasileiro de Educomunicação. ABPEducom. 2014, p.19-29.

SOARES, Ismar de O. **Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação.** São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações.** In. CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Educomunicação: Construindo uma nova área de conhecimento**, p. 13-30. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de O. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social: O caso dos Estados Unidos.** EccoS Revista Científica, vol. 2, núm. 2, dezembro, 2000, pp. 61-80 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer.** Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed UFJF, 2006.

VIANA, Claudemir Edson. A educomunicação possível: práticas e teorias da educomunicação, revisitadas por meio de sua práxis. In. SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**, p. 925-942. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2017.